



O neoconservadorismo e os retrocessos na agenda educacional

Suzane da Rocha Vieira Gonçalves¹

Resumo: O presente ensaio objetiva problematizar os possíveis efeitos do neoconservadorismo no contexto brasileiro para a educação. O texto analisa brevemente a conjuntura política brasileira desde o *golpe* de 2016, apontando como as propostas conservadoras vão ocupando os discursos e pautando as políticas públicas. Neste cenário, são verificados retrocessos nos direitos sociais dos brasileiros. Considerando o término do período eleitoral e a eleição de Jair Messias Bolsonaro, procura-se traçar possíveis encaminhamentos já apontados pela proposta de governo do então candidato, as quais devem acentuar os retrocessos e estão, em nosso entendimento, ancoradas nos pressupostos do neoliberalismo.

Palavras-Chave: Políticas Educacionais; Educação; neoconservadorismo

Neoconservatism and setbacks in the educational agenda

Abstract: The present essay aims to problematize the possible effects of neoconservatism in the Brazilian context for education. The text briefly analyzes the Brazilian political conjuncture since the coup of 2016, pointing out how the conservative proposals are occupying the speeches and guiding the public policies. In this scenario, there are verified setbacks in the social rights of Brazilians. Considering the end of the electoral period and the election of Jair Messias Bolsonaro, it is sought to trace possible referrals already pointed out by the government proposal of the then candidate, which should accentuate the setbacks and are, in our understanding, anchored in the assumptions of neoliberalism.

Key-words: Educational Policies; Education; neoconservatism

El neoconservadurismo y retrocesos en la agenda educativa

Resumen: El presente ensayo objetiva problematizar los posibles efectos del neoconservadorismo en el contexto brasileño para la educación. El texto analiza brevemente la coyuntura política brasileña desde el golpe de 2016, apuntando cómo las propuestas conservadoras van ocupando los discursos y pautando las políticas públicas. En este escenario, se verifican retrocesos en los derechos sociales de los brasileños. Teniendo en cuenta el final del período de elección y elección

¹ Doutora em Educação Ambiental, professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande –FURG, docente no Programa de Pós-graduação em Educação. E-mail: suzanevieira@gmail.com

Jair Bolsonaro Mesías, trata de rastrear posibles referencias ya mencionadas en el gobierno de entonces candidato propuesto, que debe hacer hincapié en los contratiempos y que son, en nuestra opinión, anclados en los supuestos neoliberalismo.

Palabras clave: Políticas Educativas; la educación; neoconservadurismo

Palavras Iniciais

As rachaduras do sistema tornam-se cada vez mais explícitas conforme se aprofunda a crise político-econômica brasileira.
(Patrícia Villen)

Este artigo foi elaborado pela ocasião do X Encontro Diálogos com a Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande - FURG. As reflexões que procurei estabelecer são resultados de estudos que venho realizando junto ao Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Docência, no qual temos buscado compreender a atual conjuntura política brasileira, o crescimento do neoconservadorismo e seus efeitos para as políticas públicas educacionais.

A discussão que será realizada foi pautada na análise de documentos acerca das políticas educacionais desde o *golpe* de 2016, que levou à presidência Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), bem como as propostas em disputa nas eleições presidenciais e os anúncios políticos do presidente eleito para o período de 2019-2022, Jair Bolsonaro - do Partido Social Liberal (PSL).

O texto está organizado em três seções, a primeira procura problematizar o *golpe* vivido pelo Brasil em 2016, destacando o crescimento do discurso neoconservador e os projetos em disputa nas eleições presidenciais de 2018. Na segunda seção, pretende-se analisar, em meio ao contexto apresentado na seção anterior, os retrocessos vivenciados nas políticas educacionais no país. E por fim, apresentam-se reflexões e preocupações acerca do futuro das políticas sociais e educacionais no Brasil.

O Golpe de 2016 e o Neoconservadorismo

Uma onda conservadora vem tomando espaço em nossa sociedade nos últimos anos, uma série de acontecimentos evidenciam esse movimento de recrudescimento do conservadorismo, não apenas no contexto nacional, mas internacional também. As eleições na Argentina em 2015, nos Estados Unidos em 2016, na Alemanha em 2017 e agora, em 2018, no Brasil são expressão desse momento. O ataque ao direito dos trabalhadores, a desqualificação do trabalho docente e o ataque a qualquer discurso que defenda as questões de gênero, também compõe este cenário.

Conforme ressalta Solano (2018), são diversos rótulos utilizados para caracterizar a reorganização dos grupos conservadores que possuem abrangência mundial, entre eles poderíamos citar: onda neoconservadora, *alt-right*, “nova direita”, crescimento da extrema direita, *trumpização* da política, populismos de direita, crise das esquerdas. Compreender as razões que contribuíram para esse processo não é algo simples, pois não apresenta uma única variável, tal movimento é resultado de processos complexos e com causas múltiplas.

Nos dois últimos anos, o Brasil vivenciou uma série de retrocessos no campo social e educacional, advindos da mudança de direcionamento político que o país adotou após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, por meio de um *golpe*. Assumimos a concepção de *Golpe* de Estado, apresentada por Lombardi e Lima, que consiste na

derrubada de um governo constitucionalmente legítimo, podendo ser violento ou não. É golpe porque promove uma ruptura institucional, contrariando a normalidade da lei e submetendo o controle do Estado a alguém que não foi legalmente designado para o cargo. É golpe mesmo quando o impedimento estiver previsto na lei maior de um país, mas as condições formais para tanto não forem respeitadas pelos poderes do Estado – executivo, legislativo ou judiciário – como ocorrido em vários países da América Latina, ontem e hoje (2017, p. 1)

O processo que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, sem que de fato houvesse ocorrido um crime, gerou uma ruptura na estabilidade institucional e fragilizou a ordem democrática no país. Dando início há um conjunto de ações políticas que visaram retirar conquistas sociais e direitos que vinham sendo implementados na busca da superação de períodos históricos de gigantescas disparidades sociais e econômicas, fruto de um país colonizado, marcado pelo patrimonialismo e a escravidão. O governo ilegítimo comandado por Michel Temer fez com que o país desse uma guinada conservadora em suas pautas na administração pública. Compreender alguns dos efeitos dessa guinada para sociedade brasileira é o que se intenciona neste artigo.

A agenda assumida por Temer, está expressa no documento “Uma ponte para o Futuro”, no qual assume que o projeto do governo *golpista* é assumir a agenda neoliberal, com a liberalização dos mercados, a flexibilização das relações de trabalho, a reforma da previdência e a regulação da vida privada. O programa do MDB foi apresentado antes do afastamento da presidenta Dilma, em outubro de 2015. O documento apresenta uma breve análise das dificuldades do Brasil em superar a crise econômica e apresenta um conjunto de orientações para enfrentar tais dificuldades e, assim, permitir que o país possa recuperar o seu poder competitivo. Segundo Anadon e Gonçalves,

A cartilha “Uma ponte para o Futuro”, contesta o tamanho excessivo do Estado em termos de comprometimento com políticas sociais desde a Constituição de 1988. Entende que, a vinculação orçamentária para áreas fundamentais prevista na Carta Magna, tornou-se excessiva e defende uma reforma que possibilite autonomia do Parlamento para, a cada ano, repensar as dotações de despesas. A perspectiva é controlar programas e projetos nas áreas sociais a partir de avaliações constantes, que possam sinalizar aos representantes das casas legislativas a pertinência da distribuição dos recursos da União. Segundo os proponentes da cartilha orientadora, isso garantiria uma melhor aplicação da receita do país e, conseqüentemente, uma maior responsabilidade por parte dos gestores no campo da saúde, da educação e das políticas sociais de toda ordem. (2018, p.47)

Assim, na perspectiva desse documento, foi que o governo ilegítimo de Michel Temer desenvolveu suas ações políticas. Desde maio de 2016, percebe-se a tentativa do governo em implementar mudanças estruturais de cunho neoliberal, na direção do Estado mínimo. Neste período, verificou-se a drástica redução de programas sociais financiados pelo Estado: a reforma trabalhista - o governo conseguiu aprovar a reforma trabalhista, que traz benefícios aos empregadores e retira direitos dos trabalhadores; a reforma da previdência permanece na pauta, mas devido à grande resistência da população ainda não foi aprovada; e a aprovação da Emenda Constitucional que congelou por 20 anos os gastos públicos, são algumas das ações do governo para cumprir a agenda assumida com àqueles que colaboraram para que a presidenta Dilma fosse afastada.

No Brasil, os golpes de Estado têm sua historicidade vinculada sempre a momentos de crises econômicas. Nessa direção, Lombardi e Lima asseveram que

As elites econômicas brasileiras, associadas ao grande capital internacional, não toleram crises e a conseqüente redução da lucratividade para as frações da burguesia vinculadas à produção, sendo o capital financeiro nutrido pelas crises para ampliar sua acumulação. Mais grave ainda, quando a crise se consorcia com avanços democráticos, por mais tímidas que sejam as conquistas, ampliando-se os movimentos sociais, um golpe de Estado é arquitetado. (2017, p.3)

Nesse sentido, no contexto de crise econômica e pós eleições presidenciais de 2014, em que o candidato perdedor não aceitou o resultado do pleito, acirraram-se os ânimos da direita conservadora - que imaginou que sairia vencedora, foi orquestrado o *golpe*. Assim, o processo que culminou no *impeachment* da presidente Dilma é resultado de um grande acordo realizado por diversos sujeitos, aqui compreendido na perspectiva de Thompson (1981), que disputam um projeto societário.

O então vice-presidente Michel Temer articulou-se com o deputado federal Eduardo Cunha (MDB) que, na Câmara dos Deputados, construiu uma maioria política, com muitos indiciados por corrupção, porém dispostos a romper com o governo Dilma. A participação dos grupos mais conservadores do congresso nacional foi fundamental para que o *golpe* se concretizasse. Com o apoio no parlamento, principalmente da bancada denominada “BBB - Bala, Boi e Bíblia”, ou seja – bancada armamentista ligada às forças armadas e à polícia militar, bancada ruralista vinculada a grandes latifundiários e bancada evangélica e neopentecostal no Congresso Nacional, a presidenta Dilma Rousseff foi afastada e o vice Michel Temer assumiu o compromisso com a agenda desses parlamentares. As agendas dessas bancadas estão alinhadas à direita política e ao conservadorismo brasileiro.

Além do acordo no âmbito parlamentar, foi articulado o envolvimento e o financiamento dos empresários para que o *golpe* tivesse apoio de parte da população. Com um *pato amarelo*, no meio da Avenida Paulista em São Paulo - na frente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), grupos de empresários uniram-se em uma campanha a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff. Aliaram-se à campanha, a mídia e o judiciário. Nesse contexto, emergiram das redes sociais movimentos com pautas conservadoras e liberais, como “Movimento Vem pra Rua”, “Movimento Brasil Livre”, “Movimento Revoltados Online”, dentre outros. Tais movimentos também foram protagonistas na construção do *golpe*.

O processo ocorrido no Brasil, evidencia o que Bianchi (2016) aponta, ou seja, que um *golpe* de Estado, não depende apenas do governante, mas de toda uma rede de apoio, que estão dentro e fora do governo.

O que se viu foi que enquanto o momento econômico era favorável, a política de conciliação e “neodesenvolvimentista” do PT era bem aceita. Com o agravamento da crise econômica a estabilidade do PT desmoronou, grupos conservadores da elite e da classe média externaram um verdadeiro ódio ao PT e até mesmo as camadas mais populares se mostraram insatisfeitas com o aumento da inflação, a redução dos salários e o desemprego. A culpa foi posta na conta do PT, sem nenhum constrangimento de ignorar que a crise econômica que chegou no Brasil em 2013, é reflexo de uma crise mundial.

Diante desse cenário, as classes dominantes brasileiras recorrem ao uso de um instrumento legal, que é o *impeachment*, para dar o *golpe* com aparência constitucional². O crime do qual Dilma foi acusada – pedaladas fiscais³ – é uma manobra econômica usada por todos os governantes para fechar as contas públicas, mas em 2016 serviu de justificativa para afastar a presidenta legitimamente eleita. A maioria dos políticos que votaram pelo *impeachment* eram acusados de corrupção e justificaram seus votos pela *família, filhos e netos*.

Para Villen,

O recado desse golpe é, na verdade, que o capital deve seguir livre e solto para agir, e não tolera nem mesmo reformas que tentem conciliar seus interesses com um mínimo para as classes trabalhadoras das periferias! Aqui, não se permite, por muito tempo, a existência sequer de reformas brandas, como as dos quatro governos petistas, guiadas pelo princípio, como esclarece Lowy (2014), de “fazer tudo o que é possível para melhorar a situação dos pobres, com a condição de não tocar nos privilégios dos ricos”! Aqui, é necessário um golpe para interromper o quarto mandato de um governo eleito pelas vias democráticas, mas que jamais disse um não contundente às alianças políticas com os partidos de direita e, principalmente, às alianças com o Capital. Só durante o período de “abundância” e “euforia”, apoiado nas demandas de commodities do novo colosso global, a China, que esse pacto progressista pôde se manter – e, tão somente, vale lembrar, porque jamais deixou de ser favorável ao Capital.

Com Michel Temer na presidência a agenda do Capital pôde ser aceleradamente posta em pauta. Tem-se um choque de gestão na busca por atender com urgência aos interesses do mercado. E na mesma direção, “pagar” a todos que contribuíram para que o *golpe* se efetivasse. Para isso, algumas reformas foram implementadas: a Reforma Trabalhista, a Reforma do Ensino Médio, a mudança nos rumos da Base Nacional Comum Curricular, a flexibilização do uso de agrotóxicos, entre outras medidas.

Esse processo foi terreno fértil para o crescimento das novas direitas brasileiras, especialmente da extrema direita, simbolizada no pensamento do deputado Jair Bolsonaro, que emerge como o candidato que seria capaz de “salvar” o país de todas as suas mazelas, não atoa chamado por muitos de *messias* ou *mito*. Mesmo com um discurso extremamente preconceituoso com relação às mulheres, negros, índios e homossexuais, foi ganhando adeptos. Aliou-se com a bancada BBB, defendendo suas pautas como, por exemplo, a

² Cabe destacar que a manobra do *impeachment* também foi utilizada em outros países da América Latina, como Honduras, em 2009, que afastou o presidente Manuel Zelaya e em 2012, no Paraguai para afastar o presidente Fernando Lugo.

³ Importante mencionar que dois dias após Dilma Rousseff ter sido afastada da presidência, o Congresso Nacional aprovou a Lei 13.332/2016 que torna as “pedaladas fiscais” em procedimento permitido pelo governo federal.

escola sem partido, a criminalização no MST, o porte de armas e o uso de agrotóxicos.

É importante dizer que quando nos referimos às novas direitas, estamos falando de duas matrizes: a neoliberal e a neoconservadora, que por algum período apresentaram-se separadas, porém conforme apontam Weyland (2003) e Solano (2018) têm-se aproximado, em uma convergência que pode parecer incoerente, no entanto é muito produtiva. Assim, as reformas neoliberais, que têm como característica a impopularidade, misturam-se aos discursos conservadores, deslocando o foco do debate.

Nesse contexto, Crouch (2013) irá argumentar que estamos vivendo uma pós-democracia, ou seja, um sistema de fachada, pois na aparência as instituições são democráticas, mas o sistema já está cooptado pela lógica do capital, as decisões vão sendo tomadas pelos representantes das maiores concentrações privadas, ou seja, as grandes empresas e as oligarquias políticas (SCHNEIDER, 2016, e SOLANO, 2018). A partir dessa lógica que envolve as relações políticas na sociedade, Solano (2018), aponta que as eleições de *Donald Trump*, *Jair Bolsonaro* e *Marine Le Pen* tratam-se de uma consequência da vulnerabilidade existencial que a pós-democracia gera. Para a autora,

os autoritarismos populistas e de extrema-direita oferecem respostas (simplórias e enganosas, mas respostas) a este desespero ontológico, a esta sensação de risco e medo global permanente e ao saudosismo conservador. As narrativas do muro, da islamofobia, do “bandido bom é bandido morto”, ganham força e expressividade numa realidade em que a pós-democracia oferece respostas existenciais insuficientes aos milhões de sujeitos descartáveis, pauperizados e fadados a um não-lugar, a um não-pertencimento sociopolítico (SOLANO, 2018, p. 3)

Assim, espalha-se na sociedade um discurso conservador sobre temas “morais”, em defesa de uma família tradicional e com forte dose de preconceito, autoritarismo e antipluralismo. Essa nova direita se declarou para o mundo após a eleição de *Trump* e no Brasil teve sua expressão com a eleição de Bolsonaro.

Retrocessos nas políticas sociais, educacionais e ambientais

Desde que Michel Temer assumiu a presidência em 2016, uma série de medidas que atendem a agenda neoliberal foram adotadas. A escolha pela lógica do mercado esteve clara desde o princípio, o governo adotou medidas de desregulamentação do Estado que atingiu a parcela da população mais pobre e potencializou o mercado como sendo capaz e que irá abrigar e acolher os indivíduos autônomos, empreendedores e livres, estando no mercado a solução para os problemas do país. Com isso, vivenciamos vários retrocessos em programas e políticas que possuíam um compromisso com as pautas sociais,

educacionais e ambientais.

Mesmo antes da aprovação do *impeachment* da Dilma, ainda como governo interino, várias secretarias e ministérios foram destituídos, em sua maioria órgãos voltados para ações relacionadas aos direitos humanos. Um exemplo foi o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), que foi destituído em 2016 e recriado em 2017, com tônica diferente. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação, *pós-golpe* esteve à beira de desaparecer no âmbito do MEC e a partir de muitas manifestações se manteve, porém, a maioria dos seus programas não foram mais oferecidos. Além disso, a composição da equipe do governo, não apresentava entre os novos ministros mulheres e negros, eram todos homens brancos. Tais medidas já sinalizavam as concepções que o governo possui.

Entre outras medidas adotadas pelo governo ilegítimo, destacam-se também o corte no orçamento; a intervenção no Conselho Nacional de Educação destituindo os membros que haviam sido nomeados em maio 2016 e nomeando novos membros sem consulta às entidades; o congelamento do orçamento por 20 anos, por meio da aprovação de uma Proposta de Ementa Constitucional de Teto para os gastos públicos⁴ que reduz os investimentos em saúde e em educação e conseqüentemente inviabilizará o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024. Ainda houve medidas de retirada dos direitos e de proteção ao trabalho e ao trabalhador com a aprovação das Leis 13.429/17 e 13.467/17, esta com repercussões muito graves para a classe trabalhadora, além da entrega das fontes energéticas não renováveis ao capital estrangeiro, que afetou o monopólio estatal da Petrobrás e da Eletrobrás, e, a aprovação da Lei 13.365/2016 que desobriga a Petrobrás de participar de todos os consórcios do pré-sal e altera regras de exploração de petróleo e gás.

As ações que foram sendo adotadas pelo governo evidenciam as propostas da agenda neoconservadora, fortemente assentada nas concepções neoliberais. A adoção da lógica privatista com corte de recursos e anulação dos direitos passa a ser a marca do novo governo.

No campo educacional, buscando impor uma reestruturação, vários projetos educacionais foram modificados, trazendo prejuízo para a oferta que vinha sendo realizada, entre eles destacamos: o Mais Educação, o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade

⁴ Ver **PEC 241** ou PEC 55. A PEC do Teto é uma proposta de modificação da Constituição com o objetivo de reduzir os gastos e equilibrar as contas públicas. A proposta fixou um limite de despesas por um prazo de até 20 anos, podendo ser revisado depois dos primeiros dez anos.

Certa (PNAIC), o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), o *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência* (PIBID). A maioria destes projetos teve seus orçamentos reduzidos, o que afetou drasticamente o número de sujeitos atendidos por tais ações.

E no âmbito dessas reestruturações na área educacional, destacamos duas políticas que possuem efeitos muito graves para a oferta da educação pública e que atendem aos interesses de mercado. A primeira diz respeito à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a segunda à Reforma do Ensino Médio.

No que se refere à BNCC, desde 2014, o Ministério da Educação, cedendo a pressões de grupos empresariais em torno do Movimento pela Base, deu início ao processo de discussão e elaboração da Base Nacional Comum Curricular, que consiste em um documento que estabeleceria inicialmente os direitos e objetivos de aprendizagem para cada ano das diferentes etapas da Educação Básica. A proposta de uma BNCC foi muito criticada desde o início, por caracterizar-se como um currículo mínimo, ainda que o MEC negue e por atender aos propósitos da avaliação em larga escala. Mesmo com muitas críticas, as duas primeiras versões do documento, foram construídas por professores da Educação Básica e pesquisadores de universidades e centros de pesquisa do país. Foi aberto período para consulta pública em que foi possível encaminhar críticas e sugestões via *site* para o documento. Podemos considerar que para as duas primeiras versões houve estratégias de participação da população para a construção do documento.

Após o *golpe*, a nova equipe do Ministério da Educação, liderada pela então secretária executiva do MEC, Maria Helena Guimarães, deu início à revisão da segunda versão da BNCC. Os especialistas e professores que participaram das duas primeiras versões não foram mais chamados, e uma nova equipe de especialistas foi constituída. Em abril de 2017, a chamada terceira versão da Base Nacional Comum Curricular veio a público. Para surpresa de muitos, a terceira versão da BNCC rompe com o processo iniciado em 2014. Entre as mudanças da organização do documento, destacamos que este não apresenta a proposta curricular para o Ensino Médio, rompendo com a concepção de Educação Básica; retoma a concepção de habilidade e competências muito forte na década de 1990; antecipa para o segundo ano a conclusão do processo de alfabetização; modifica alguns campos de experiência da Educação Infantil; desaparecem os temas especiais presentes na segunda versão e a Educação Ambiental é apenas citada na última versão na legislação.

A terceira versão, ao ser divulgada, foi encaminhada pelo MEC para o Conselho Nacional de Educação analisar e emitir parecer e propor a resolução que deveria ser homologada até o final do ano de 2017. Diante das muitas críticas pelas mudanças na organização do documento, sem discussão com professores das escolas e universidades, a falta de diálogo, marcou a elaboração desta versão. Pressionado, o Conselho Nacional de Educação organizou 5 audiências públicas acerca da BNCC, nas regiões do país. Essas audiências foram com público reduzido e pouco espaço de participação. E, após as audiências e com poucas alterações no documento, a BNCC foi aprovada na Resolução CNE/CP n. 2 de 22 de dezembro de 2017.

Uma breve análise da BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental evidencia seu caráter prescritivo, regulatório e restritivo. Conforme ressalta Silva (2018, p.45), a proposta da BNCC “conduz a uma *formação sob controle*”. O documento é excessivamente prescritivo com relação aos conteúdos do Ensino Fundamental, cada item está identificado com um código alfanumérico que facilita a organização dos processos de avaliação externa, uma vez que a BNCC passa a determinar os conteúdos dos exames. A definição de um “currículo nacional” potencializa a realização das avaliações em larga escola do tipo censitárias como são realizadas no Brasil.

Silva (2018) alerta o quanto uma política que apresenta uma listagem de objetivos ou competências, como consta no documento da BNCC, tende a ampliar as desigualdades educacionais. Para a autora,

É possível falar em um “currículo nacional” sem recair na ideia de uma determinação que desconsidera a realidade que insiste em ser não linear e desigual? Diante de todos os cuidados em se tomar a diferença como elemento central nas proposições sobre currículo, respeitando a multiplicidade de formas de se viver a infância e a juventude, a proposta de Base Nacional Comum Curricular vai justamente em sentido oposto ao entendimento de que enfrentar as desigualdades passa por respeitar e atentar para a diferença e diversidade de todos os tipos, desde a condição social até as diferenças étnico-raciais, de gênero, sexo etc. A padronização é contrária ao exercício da liberdade e da autonomia, seja das escolas, seja dos educadores, seja dos estudantes em definirem juntos o projeto formativo que alicerça a proposta curricular da escola. (2015, p. 375).

Ao retomar as noções de Habilidades e Competências para organizar o documento da BNCC, percebe-se a tentativa de reativar as concepções que orientaram as reformas curriculares da década de 1990 e aproximar o currículo escolar dos pressupostos neoliberais de meritocracia, competitividade e individualidade. As justificativas de hoje são

as mesmas de 30 anos atrás, ou seja, adequar a escola às mudanças da sociedade, em especial ao “mundo do trabalho”. A noção de competências reforça o caráter instrumental da educação, em que se busca adestrar e adaptar os indivíduos ao modelo imposto, neste caso à lógica do mercado, negando a dimensão histórico-cultural da formação humana. (SILVA, 2018)

Ainda sobre a BNCC cabe dizer que a versão final retira os temas especiais do documento. Estes temas, segundo a segunda versão da Base

permitem estabelecer a integração entre os componentes curriculares de uma mesma área do conhecimento e entre as diferentes áreas que organizam a Educação Básica, no contexto da BNCC. Esses temas dizem respeito a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação e que, portanto, intervêm em seus processos de construção de identidade e no modo como interagem com outros sujeitos e com o ambiente, posicionando-se ética e criticamente sobre e no mundo. Trata-se, portanto, de temas sociais contemporâneos que contemplam, para além da dimensão cognitiva, as dimensões política, ética e estética da formação dos sujeitos, na perspectiva de uma educação humana integral. Dessa forma sua abordagem nas propostas curriculares objetiva superar a lógica da mera transversalidade, ao se colocarem como estruturantes e contextualizadores dos objetivos de aprendizagem. Os Temas Especiais, de natureza multidisciplinar, perpassam os objetivos de aprendizagem de diversos componentes curriculares, nas diferentes etapas da Educação Básica. (BRASIL, 2016, p. 47)

Os temas especiais definidos na segunda versão da BNCC eram Economia, educação financeira e sustentabilidade; ^[1]_[SEP]Culturas indígenas e africanas; ^[1]_[SEP]Culturas digitais e computação; ^[1]_[SEP]Direitos humanos e cidadania; e Educação ambiental. ^[1]_[SEP]Para cada tema, foi constituído uma equipe de especialistas que elaboraram as concepções e aspectos que compõem cada um deles e apontam como estes temas comporiam a BNCC. Estes temas desaparecem da terceira versão, nesta versão, o documento faz menção à necessidade da inserção no currículo de temas contemporâneos, preferencialmente de maneira transversal e integradora.

Ao mencionar os temas contemporâneos a terceira versão aponta apenas quais seriam, indicando a legislação que os orienta, sem fazer nenhuma apresentação da concepção acerca do trabalho dos mesmos. Também, aponta que os mesmos estariam contemplados nas habilidades dos componentes curriculares, porém na análise do documento da BNCC isso não fica claro. Entre os temas são apontados:

direitos da criança e do adolescente (Lei no 8.069/1990), educação para o trânsito (Lei no 9.503/1997), educação ambiental (Lei no 9.795/1999, Parecer CNE/CP no 14/2012 e Resolução CNE/CP no 2/2012), educação

alimentar e nutricional (Lei no 11.947/2009), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei no 10.741/2003), educação em direitos humanos (Decreto no 7.037/2009, Parecer CNE/CP no 8/2012 e Resolução CNE/CP no 1/2012), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis no 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP no 3/2004 e Resolução CNE/CP no 1/2004), bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB no 11/2010 e Resolução CNE/CEB no 7/2010) (BRASIL, 2017, p.20).

O modo como a BNCC traz o debate de tais temáticas demonstra que o governo não intenciona a organização de um currículo plural, que valorize a diversidade e a inserção efetiva de tais temas no currículo escolar. Lamentavelmente, isso evidencia um retrocesso, pois temas extremamente relevantes como Educação Ambiental e Direitos Humanos, os quais já havia sido conquistado no debate sua inserção nos documentos curriculares e no cotidiano da escola, com a BNCC perde espaço e destaque na organização curricular. A proposta de temas transversais como um dos elementos do currículo da escola recebe muitas críticas devido à pouca probabilidade de sua inserção, tendo em vista o modo de organização disciplinar vigente na escola básica (LOPES; MACEDO 2002; LOUREIRO, 2006). E no atual contexto de organização da BNCC esse processo deve acentuar-se.

Com relação a Reforma do Ensino Médio, cabe ressaltar que este foi um dos primeiros atos do governo ilegítimo e se deu por meio de uma ação autoritária com a publicação da Medida Provisória 746/2017, que foi convertida na Lei nº 13.415/2017. Esta lei propõe a alteração da Lei nº 9.394/1996 - que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Lei nº 11.494/2007 - que regulamenta o FUNDEB, além de modificar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, o Decreto-Lei nº 236/1967 e instituir a Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. No processo de tramitação da medida provisória para sua aprovação no congresso, houve poucas alterações com relação ao inicialmente proposto, no que concerne à lei, no entanto, seu conteúdo apresenta mudanças significativas para a forma de oferta e organização do Ensino Médio.

As mudanças curriculares propostas para a última etapa da Educação Básica colocam uma divisão no currículo, na qual haverá uma parte destinada à formação básica comum, por meio da Base Nacional Comum Curricular, e outra, à escolha de um itinerário. A Lei estabelece cinco itinerários formativos: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional. Nesta proposta, apenas o ensino da Matemática e da Língua Portuguesa são obrigatórias nos três anos da oferta. Esta

proposta enfraquece a concepção de Educação Básica que pressupõe uma formação comum, além do enfoque no ensino da Matemática e da Língua Portuguesa como preparatórios para os exames externos. O modo como se está propondo a organização curricular do Ensino Médio evidencia uma negligência do Estado com a formação dos jovens, uma vez que a proposta em curso expressa uma perda significativa no que diz respeito ao acesso a uma ampla gama de conhecimentos.

A proposta de Reforma do Ensino Médio também prevê a obrigatoriedade do inglês, como língua estrangeira, a partir do sexto ano do Ensino Fundamental, traz a possibilidade para uma formação modular com terminalidade específica e sistemas de créditos, além da ampliação da carga horária para 1000h anuais em cinco anos e posteriormente deverá chegar a 1400h anuais. O aumento da carga horária veio junto com a proposta da oferta do Ensino Médio em Tempo Integral, sem considerar que muitos dos jovens em idade para estar matriculados nesta etapa precisam trabalhar por condições de sobrevivência. Além disso, tal proposta desconsidera a realidade econômica dos estados brasileiros, nos quais são evidentes suas dificuldades financeiras, as escolas públicas estaduais possuem graves problemas de infraestrutura e falta de professores, não apresentando condições para manter as escolas de tempo integral.

Na atual conjuntura, em que foi aprovado o ajuste fiscal, que altera os índices de reajuste de repasse de recursos e ainda congela gastos por 20 anos, não se tem perspectiva de investimento para a oferta do Ensino Médio em Tempo Integral. Ainda que o MEC tenha previsto a criação de um programa com financiamento do Ensino Médio em Tempo Integral, porém o mesmo está previsto apenas para um período de 4 anos e com o fim do financiamento sabe-se que os estados não possuem recursos para sustentar as escolas de tempo integral.

A defesa por uma formação baseada em itinerários e o modo como se destaca o itinerário da formação profissional na apresentação desta política expressa a ênfase que o Estado quer dar em uma formação de mão de obra, ou seja, voltada para a o ingresso no mercado de trabalho. Os efeitos disso serão sentidos diretamente nas escolas públicas, onde estão os estudantes jovens da classe trabalhadora. Esta reforma atende aos interesses do mercado e não de uma preparação mais integral para a juventude, isso fica evidenciado quando observamos que entre os sujeitos da sociedade que mais defenderam a Reforma do Ensino Médio, estavam os empresários, por meio do sistema S e indicando a importância da preparação de mão de obra.

Desse modo, tanto com a BNCC como com a Reforma do Ensino Médio percebemos que o papel do Estado vai sendo alterado, criam-se estratégias com estas políticas para racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que instituições públicas são permeáveis às pressões e demandas da população e improdutivas, pela lógica de mercado (PERONI, 2012). No contexto da ideologia neoliberal, que orienta as políticas públicas brasileiras no momento, percebe-se que a educação assume a vocação histórica de preparar os filhos da classe trabalhadora para o trabalho, mesmo que aponte em seu discurso meritocrático que o modelo proposto garantirá a igualdade de oportunidades para todos, já que o currículo é o mesmo, sabemos que as condições de fato são muito diferentes, devido as desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Nas últimas décadas temos vivenciado o avanço de políticas educacionais subordinadas à racionalidade econômica, as quais acabam por colocar a educação como uma “mercadoria” que atende à lógica da cultura empresarial do lucro (Ball, 2004). Assim, “não é mais possível ver as políticas educacionais apenas do ponto de vista do Estado-Nação: a educação é um assunto de políticas regional e global e cada vez mais um assunto de comércio internacional” (BALL, 2004, p. 1.108). O Estado acaba assumindo outro papel, não mais de atender as necessidades sociais da população, mas agora tem o papel de “regular” os “mercados internos”, “fiscalizar” e “avaliar” os resultados. Diante deste novo cenário, os serviços antes oferecidos pelo Estado, passam a caracterizar serviços rentáveis e lucrativos, sendo abertas as possibilidades para o ingresso de empresas. Esse processo de privatização pode se dar com a “venda” de algum serviço anteriormente estatal ou através de parcerias do setor público com o setor privado, que passa a receber do Estado para prestar o serviço. A Educação é um desses serviços que se tornou uma grande oportunidade de negócio.

Um futuro Incerto

Desde o *golpe* de 2016 a população brasileira vem assistindo seus direitos serem retirados. Com a eleição de Bolsonaro, eleito “democraticamente”⁵, seguindo a onda de ascensão dos partidos de direita e de extrema direita no mundo, a adoção de medidas mais radicais e antidemocráticas estimuladas por grupos conservadores e empresariais, deverão

⁵ Colocamos entre aspas o democraticamente, pois a eleição foi marcada por divulgação de notícias falsas – *fake news* – contra os candidatos de oposição, que acabou por manipular o voto da população. Um exemplo, disso, foi a acusação de que o governo do Partido dos Trabalhadores teria produzido e distribuído nas escolas um *Kit Gay*, o que já foi desmentido. Porém, durante a campanha eleitoral, seguiram sendo feitas acusações falsas e divulgadas nas redes sociais. O uso das redes sociais foi muito intenso e em grande medida os compartilhamentos não foram feitos por pessoas, mas por programas/máquinas que faziam com que as *fake news* atingissem um elevado número de pessoas, através de compartilhamentos programados.

ser acentuadas. Sabemos que os retrocessos nas políticas sociais e educacionais serão ainda maiores dos já vivenciados nos últimos dois anos.

As reformas empreendidas pelo governo de Michel Temer e os anúncios do presidente eleito apontam que no campo econômico a política será de austeridade, e as reformas educacionais serão pautadas para o controle do trabalho do professor, com o propósito de “formar” força de trabalho adaptada para o mercado e para ações de privatização, que desresponsabilizem o Estado com a oferta da educação. Nesse sentido, percebemos que não há um compromisso em garantir a qualidade da Educação Básica ou Superior, mas sim atender aos interesses mercadológicos.

O que realmente irá acontecer nos próximos anos ainda não sabemos. Mas é certo que já sofremos nos últimos 2 anos uma série de retrocessos no campo educacional e social e temos seus efeitos visíveis em nosso cotidiano. A eleição de Bolsonaro já deixou claro o projeto de sociedade que defende, fortemente conservador e alinhado à agenda neoliberal. Cabe ressaltar que os direitos dos trabalhadores, as políticas educacionais e a pauta ambiental estão sob ameaça.

As propostas da Base Nacional Comum Curricular, bem como da Reforma do Ensino Médio são duas evidências dos retrocessos. São políticas com forte caráter regulador da proposta pedagógica, que pautam em uma formação limitada para as crianças e jovens, com vistas no ensino da Língua Portuguesa e Matemática para as avaliações externas. Como procuramos evidenciar ao longo do texto, a análise acerca da BNCC evidencia que esta retrocede política e pedagogicamente. Ao retomar as competências e habilidades, retoma os pressupostos da racionalidade técnica revestida pelo discurso neoliberal.

Na atual conjuntura, com o avanço da perspectiva neoconservadora, estamos vivenciando um momento grave, de perdas de direitos e conquistas nos campos social e educacional. É necessário compreendermos os interesses em jogo. Somos desafiados a resistir aos retrocessos e defender as práticas democráticas e uma formação integral para as crianças, jovens e adultos, em uma educação que seja para a vida e não para o mercado.

Referências

ANADON, Simone e GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. "Uma ponte para o Futuro": (des)continuidades nas políticas de formação de professores. In: Momento: diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 27, n. 2, p. 35-57, mai./ago, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8181/5395> Acesso em 10 de outubro de 2018.

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n.89, set./dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004000400002&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 10 de outubro de 2018.

HARVEY, David. Neoliberalismo como Destruição Criativa. In: **Interfacehs**. 2006. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2007.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2018.

SILVA, M. R. Políticas de currículo, ensino médio e BNCC. Um cenário de disputas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 367-379, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 4 out. 2018.

SILVA, M. R. O golpe no ensino médio em três atos que se completam. In: AZEVEDO, J. C.; REIS, J. T. **Políticas Educacionais no Brasil pós-golpe**. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista IPA, 2018.

SOLANO, Ester. Crise da Democracia e Extremismos de Direita. 2018. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2018.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WEYLAND, K. “Neopopulism and neoliberalism in Latin America: how much a nity?” *World Quaterly*, p. 1095-1115, 2003.

Submetido em: 23-09-2018.

Publicado em: 15-04-2019.